

Ivan Antônio de Almeida

As mulheres, no épico iniciático *Parsifal*,  
de Wolfram Von Eschenbach

Texto inédito no qual, possivelmente, o professor ainda estava trabalhando. Deixado impresso no Núcleo de Estudos da Religião.

Ela simpatizou com ele à primeira vista e, prazerosamente excitada, disse-lhe: “Embora neste local em que vos visito sejais anfitrião, neste reino a anfitriã sou eu. Se convierdes em aceitar o beijo de boas-vindas, será ele concedido de bom grado.

*Parsifal*

É curiosa a permanência de certos preconceitos. Numa época como a nossa, em que os valores são difusos é, muitas vezes, até complexo identificá-los. No caso da Idade Média, vista por um grande período, sob um olhar burguês, como uma idade das trevas, estudos como o de Pirrene apenas abriram os nossos olhos para a riqueza e complexidade deste período. Marcado por uma profunda religiosidade, principalmente na baixa Idade Média, as vistas sobre o período também ficaram comprometidas pelo anticlericalismo dos séculos XVIII e XIX e pelo niilismo do século XX. Todas essas e outras tendências se juntam hoje numa saudável “confusão”, diante da qual somos convidados a refletir e rever nossos pontos de vista.

Para o historiador, acostumado a valorizar as fontes primárias, é estranha, mas significativa, a ausência da utilização de obras literárias, tais como a literatura trovadoresca, no estudo da cultura da Idade Média. É o caso de *Parsifal*, de autoria de Wolfram von Eschenbach, obra da chamada literatura cortês. O épico faz parte do ciclo arturiano ou do Graal. O rei Artur é citado, pela primeira vez em uma obra escrita, na *Historia Brittonum*, de autoria de Nennius de Mércia (cerca de 800 d.C.). Mais tarde, Chrétien de Troyes reelaborou a história, adaptando-a ao universo francês e introduzindo o Graal na sua *Perceval ou le Conte du Graal (Perceval ou o Conto do Graal)*. A obra, no entanto, acaba antes de Parsifal encontrar o Graal. Wolfram declara que sua fonte é de autoria de um certo Kyot, o Provençal. De qualquer maneira, este longo texto era cantado nos castelos, por trovadores, certamente, durante meses, pelo volume da obra.

A importância deste texto, como testemunho dos valores da época, dá-se por uma série de circunstâncias que distanciam aquele tempo, desse que estamos vivendo. A Idade Média de que estamos falando, tinha uma unidade cultural marcada pela referência no Cristianismo. Mas qual Cristianismo, poderíamos perguntar, uma vez que nesses dois mil anos ele se manifesta de maneira tão diversa e contraditória? É necessário explicar

exatamente ao que nos referimos.

O século que antecede e o século que sucede a virada do primeiro milênio marcam uma mudança no Cristianismo ocidental. Note-se que essa forma histórica do Cristianismo se relaciona, através do comércio e do intercâmbio cultural, com o norte da África, o Oriente Médio e até com a distante Índia. Lembremos também que as relações entre a nobreza transcendem as limitações territoriais. Cabe destacar ainda, neste período, a relação da cristandade com os árabes na Espanha (séculos VII-XV) e nas Cruzadas (a partir do século XI).

O Cristianismo não é, na sua origem, normativo. Tem como único princípio a prática do amor/ desprendimento. É bem provável que, a princípio, os sacramentos se limitassem ao batismo e à eucaristia. O épico *Parsifal* ainda registra essa memória. Com o tempo, e as sucessivas normatizações, através dos Concílios, a Igreja deixa de ser a comunidade dos cristãos para se transformar em uma poderosa instituição política que disputa, inclusive, o poder temporal. No ocidente, esta transição se manifesta também a iconografia. O Cristo Pantocrator (vencedor da morte) é cada vez mais substituído por figuras humanizadas do cristo, retratado como um homem, pregado na cruz, degradado pelo sofrimento. Simultaneamente, como uma reação a esta tendência formalista, surge a preocupação em preservar os valores mais profundos (esotéricos) do Cristianismo, através da criação de ordens iniciáticas, como a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém (1099), a dos Templários (1118) e a dos Teutônicos (1190). O estilo gótico das catedrais, que florescem no primeiro século do novo milênio, também parece manifestar um desesperado apelo aos céus, para que não se percam os sagrados valores da religião. Como segurança, essas próprias obras vão, na sua estrutura (na forma arquitetônica, na escultura, pintura e vitrais e também na literatura), garantir, através dos símbolos, a preservação destes valores primordiais.

O épico *Parsifal* faz parte deste registro. Nele são retratados os valores cristãos, incorporados na cultura daquela sociedade. A instituição Igreja e os aspectos mais exteriores do Cristianismo aparecem raramente, através da menção a missas e aos sacerdotes que as oficiam (nunca nominados), sem maiores detalhes. Vive-se ainda no Cristianismo.

Como não poderia deixar de ser, a mulher, dentro do universo cristão tem o mesmo estatuto do homem (o que é uma novidade em relação às religiões pré-cristãs, reconhecendo-se, porém, como em qualquer cultura tradicional, como óbvia, a diferença entre a natureza masculina e a feminina).

A educação cavaleiresca (p. 126-129), recebida pelo herói Parsifal, de Gurnemanz de Graharz, resume os valores cristãos. Desta a consciência nas atitudes, “um homem de fala irrefletida de nada vale”; a humildade, “sede sempre afável de trato e evitai a arrogância”; a prudência, “a prodigalidade insensata não é própria do verdadeiro governante, da mesma forma como não o é o avaro acúmulo de bens”. A “intrepidez” deve estar aliada à “misericórdia”. O mundo feminino é sempre uma referência: “tende sempre as damas em vosso coração. Isso enobrece o jovem cavaleiro”. Adverte-se quanto à inconveniência da infidelidade: “a infidelidade no amor desgasta em breve tempo a reputação”. O andrógono primordial parece ser lembrado quando se afirma que “o homem e a mulher são tão inseparáveis como o sol e o dia. Ambos brotam da mesma semente e são inseparáveis”, o que também recorda a igualdade dos seres humanos na diferença dos sexos.

As mulheres são a referência central nesse universo.

Mesmo as mulheres feias, como a feiticeira Cundrie (p. 208-211), cumpre uma nobre missão, a de fazer a mediação entre os homens e o mundo supra-humano – o castelo de Munsalvaesche, onde se encontra o Graal – só acessível aos iniciados. Cundrie, “não fora criada para inspirar ternos sentimentos a um hipotético amante”. Por ela, “cavaleiro algum quebraria lanças”. Mas tinha suas compensações, “tamanha era a erudição da jovem que ela dominava com perfeição todas as línguas – o latim, o francês e o idioma dos pagãos”. Essa “extravagante criatura” entra na história para denunciar Parsifal como indigno de pertencer à Távola Redonda. Cundrie o acusa de falta de compaixão pois, uma simples pergunta feita pelo herói quando da primeira vez que esteve em Munsalvaesche, teria livrado o senhor do castelo, o rei Pescador, Anfortas, de seus terríveis sofrimentos. Mas, ao anunciar que quatro rainhas e “quatrocentas jovens dignas de serem vistas” acham-se confinadas num castelo e quem conseguir passar pelas provas que resultarão na sua libertação, “estará servindo de modo adequando às formas mais elevadas de amor”, Cundrie dá também a Parsifal a possibilidade de se redimir de sua omissão. Assim, a “orgulhosa e repulsiva feiticeira” dá a Parsifal uma nova oportunidade de chegar ao Graal. Também foi graças a ela que “acabaram sendo conhecidos o nome de Parsifal, sua condição de filho de uma rainha e as circunstâncias pelas quais Gahmuret (o pai de Parsifal) obtivera a mão dela” (p. 215).

As virtudes do mundo cavaleiresco sobrepõem até mesmo as diferenças religiosas. A “pagã de Janfuse” (p. 216), Ekuba, prima do meio irmão de Parsifal, “rica e inteligente pagã” que “tinha maneiras distintas e se expressava num francês fluente” (p. 217) frequenta a corte de Artur com o mesmo *status* das demais damas.

Num momento de crise, o herói chega a colocar a mulher acima de Deus, “Amigo, diz ele, se partires para a luta, não confies em Deus. Confia, antes, numa mulher cuja pureza e bondade feminina estejam acima de qualquer dúvida” (p. 218).

Todas as dificuldades por que passam os cavaleiros valem a pena, pois como diz o narrador: “quem suporta canseiras por causa de uma mulher pode sentir-se feliz e, por fim, saberá como dar a volta por cima. Essa sempre tem sido a compensação dos que amam” (p. 219). Por vezes essas exigências chegam a ser excessivas, levando a tragédias. A duquesa Sigune, morre virgem, “renunciando a todas as felicidades desse mundo” (p. 282), ao lado do cadáver do cavaleiro, arrependida, por ter sido “demasiadamente imprudente” (p. 110) ao recusar-lhe o seu amor.

As “mulheres de vida fácil” são tratadas sem nenhum julgamento de valor. Ao descrever a passagem de um exército, conta-nos o narrador que, no final da coluna, vinha: “qual colorido formigueiro, o comboio de bagagem, inclusive grande número de mulheres, muitas das quais já haviam abiscoitado a décima segunda bolsa do cavaleiro como prêmio de sua condescendência amorosa. Naturalmente não eram rainhas; yais mulheres de vida fácil eram conhecidas como raparigas de caserna” (p. 226-227).

Não é infrequente que guerras sejam deflagradas por causa de algum nobre ter sido rejeitado ou mesmo ter sido precipitado em suas pretensões amorosas. Um dos casos dá-se, simplesmente, pela impetuosidade do pretendente, que ofende profundamente o recato, a honra e a dignidade da dama pretendida. Um certo dia, o jovem rei Meljanz

pediu a Obie que lhe concedesse seu amor como “retribuição dos seus serviços” (p. 228). A jovem, no entanto, mesmo simpatizando com o pretendente, ficou ofendida pela maneira desrespeitosa como fora abordada: “Ela repeliu com desprezo suas pretensões, perguntando se ele estava se dando conta do que dizia ou se havia perdido o juízo”. E disse mais: “Vós devíeis antes prestar serviços como cavaleiro, realizar feitos memoráveis e distinguir-vos vitoriosamente em combate. Se depois voltásseis a mim com a mesma pretensão e eu a acolhesse, ainda assim vos teria atendido demasiadamente cedo. Não nego que me inspirais simpatia, da mesma forma como Annore amava Galões. Mas ela se suicidou por causa dele somente depois que esse havia perdido a vida em combate” (p. 229).

A resposta violenta do rei Meljanz não é inteiramente sem razão, uma vez que, como aponta o narrador: “uma verdadeira dama jamais revidaria com palavras ríspidas os rogos de um fidalgo”. No fim das contas, caberia a ela esquivar-se ou consentir. O amor autêntico é e permanece como fonte da verdadeira felicidade. Servir sempre resulta em alguma recompensa (p. 460).

A violação da mulher – “delito abominável” – é considerado um “atentado contra a paz pública” (p. 329). A vítima, no caso, recorreu ao rei Artur, “pedindo-lhe que, em atenção à sua honra, em particular, e ao mundo feminino, em geral, vingasse o ultraje de que fora vítima” (p. 330). O agressor é declarado infame e privado da sua dignidade de cavaleiro, tornando-se passível da pena de morte da maneira mais humilhante, a força (p. 329).

A liberdade e a independência nas decisões pessoais faz parte dos valores da época (tanto masculinos quanto femininos): “A mim ninguém reduz à dependência mediante a concessão de feudos! Nasci livre e, em consequência, dotada de nobreza igual a qualquer testa coroadada” (p. 229), responde Obie às ameaças de Meljanz em relação a seu pai, vassalo do rei.

As mulheres do épico de Wolfram são sempre ativas e independentes. Seu recato não as impede de participarem de “sinuosa arte da galanteria cortês”. Não se nota a presença de nenhum obstáculo de ordem moral para os homens e mulheres se entregarem às delícias do amor.

Galvão, um dos heróis do épico, encontra-se, em uma das suas aventuras, com a jovem e nobre viúva, rainha Antikonie, “e a paixão se manifesta na jovem e no cavaleiro de forma tão compulsiva que algo mais sério teria chegado a consumir-se caso um malévolo olheiro não os tivesse surpreendido” (p. 263). Tudo começara no beijo de boas vindas, que era um beijo na boca, circunstância em que “seu toque formal acabou resultando em um inesperado e ardente beijo” (p. 263). Embora interrompida pela indiscrição do intruso “olheiro”, ainda naquela noite, o “herói sem medo”, pode “desfrutar de descanso reparador” (p. 274).

Outros exemplos, retirados deste volumoso texto poderiam ilustrar o elevado *status* que gozavam as mulheres nesse período. Talvez a diferença em relação a outros tempos é que este prestígio era explícito, centro mesmo dos valores cavaleirescos; o que não nos impede de afirmar com o narrados que: “Mulheres são e serão sempre mulheres. Elas subjulgam até mesmo homens poderosos, num abrir e fechar de olhos (p. 289).

**BIBLIOGRAFIA:**

- BURCKHARDT, Titus. *A Arte Sagrada no Oriente e no Ocidente*. Tradução de Eliana Catarina Alves e Sergio Rizek. São Paulo: Attar Editorial, 2004.
- ESCHENBACH, Wolfram von. *Parsifal*. Tradução de A. R. Schmidt Patier. São Paulo: Antroposófica, 1995.
- PANOFSKY, Erwin. “A Idade Média”. In: *A evolução do conceito de belo*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994. pp. 35-44.
- PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Tradução de Regina Schöpke e Mauro Baladi. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- \_\_\_\_\_. *As cidades da idade média: ensaio de história econômica e social*. 3º ed. Tradução de Carlos Montenegro Miguel. Mira-Sintra: Europa-América, 1973.
- \_\_\_\_\_. *História econômica e social da Idade Média*. 6º ed. Tradução de Lycurgo Gomes da Mota. São Paulo: Mestre Jou, 1982.